



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 10980.908556/2008-79  
**Recurso nº** Voluntário  
**Acórdão nº** 3803-004.573 – 3ª Turma Especial  
**Sessão de** 25 de setembro de 2013  
**Matéria** DENÚNCIA ESPONTÂNEA  
**Recorrente** SIGMA DATASERV INFORMÁTICA S.A  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO**

Data do fato gerador: 15/12/1999

DENÚNCIA ESPONTÂNEA. NÃO CABIMENTO

É cabível a exigência da multa moratória e juros, quando verificado que o sujeito passivo recolheu o tributo após o prazo de vencimento, ainda mais diante da verificação de que a declaração do tributo em DCTF, fora feita previamente ao seu pagamento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso voluntário.

(assinado digitalmente)

Corintho Oliveira Machado - Presidente

(assinado digitalmente)

Juliano Eduardo Lirani - Relator

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Corintho Oliveira Machado, Hélcio Lafetá Reis, Belchior Melo de Sousa, João Alfredo Eduão Ferreira, Juliano Eduardo Lirani e Jorge Victor Rodrigues.

**Relatório**

Trata-se de recurso contra a decisão da DRJ de Curitiba, por meio da qual não foi homologada a PER/DCOMP transmitida com a finalidade de compensar débitos de COFINS com crédito proveniente do recolhimento a maior de PIS.

O despacho decisório está anexo à fl. 02, sendo que neste a RFB exige saldo devedor acrescido de multa e juros.

O contribuinte apresentou manifestação de inconformidade às fls. 11/21 reclamando basicamente o reconhecimento dos efeitos da denúncia espontânea.

A fim de melhor compreender as razões que levaram a DRJ decidir pelo indeferimento do pleito, anexo às fls. 32/36 a ementa que possui o seguinte teor:

*ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO*

*Data do Fato Gerador: 15/12/1999*

*MULTA DE MORA INCIDENTE EM RECOLHIMENTOS FEITOS EM ATRASO. CABIMENTO NOS DÉBITOS RECONHECIDOS ESPONTANEAMENTE.*

*O recolhimento de tributo efetuado após o vencimento deve ser acrescido da multa moratória, por expressa determinação legal.*

*PROVAS. MOMENTO DE APRESENTAÇÃO.*

*A apresentação de provas deve ser realizada junto à Manifestação de Inconformidade, precluindo o direito de fazê-lo em outra ocasião, ressalvada a impossibilidade por motivo de força maior, quando se refira a fato ou direito superveniente ou no caso de contrapor fatos ou razões posteriormente trazidos aos autos.*

*Manifestação de Inconformidade Improcedente Direito Creditório Não Reconhecido*

Com efeito, como se pode perceber, os julgadores de piso negaram o pedido de aplicação dos efeitos da denúncia espontânea em razão de que o recolhimento do tributo foi efetuado após a data de seu vencimento e por este motivo é devida a multa moratória, com fundamento no art. 84 da Lei n.º 8.981/95, bem como no art. 61da Lei n.º 9.430/96. Ademais, quero crer que a Fazenda Nacional parte do pressuposto de que a multa exigida não tem o caráter sancionatório e sim indenizatório, logo não deve ser afastada por meio da denúncia espontânea.

A decisão sustenta-se ainda na redação da Súmula n.º 360 do STJ, cuja redação é a seguinte: *O benefício da denúncia espontânea não se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo.*

Já no recurso voluntário, anexo às fls. 42/50, o contribuinte argumenta que realizou o recolhimento do tributo, declarado em DCTF, acrescido de juros de mora e deste modo aplica-se perfeitamente o art.138 do CTN na medida em que este dispõe que a responsabilidade é excluída quando ocorre o pagamento do tributo e dos juros de mora, antes de iniciado o procedimento de fiscalização.

Comenta ainda que da redação do art. 138 não é possível interpretar que somente a multa sancionatória não pode ser afastada por meio da denúncia espontânea, visto que não há qualquer distinção neste artigo. Cita em sua defesa, decisão do STJ no Resp n.º 774.058/PR e outros julgados no sentido de que este tribunal manifestou entendimento de que tanto a multa moratória, quanto a multa indenizatória são excluídas pela denúncia espontânea e por fim tece críticas contra a Sumula n.º 360 do STJ, visto que esta privilegia aquele contribuinte que não declara o tributo ao Fisco e prejudica o que cumpre a obrigação imposta pela lei.

Arremata solicitando a reforma da decisão em foco.

Este é o relatório.

## Voto

Conselheiro Juliano Eduardo Lirani

O recurso é tempestivo, atende as demais condições de admissibilidade e dele tomo conhecimento.

Conforme se depreende do relatório, a questão de fundo refere-se a aplicação ou não da denúncia espontânea diante da verificação da declaração do tributo em DCTF, porém pago após o vencimento do prazo de recolhimento.

Em relação a este assunto já de início é preciso lembrar que consta importante decisão exarada pelo STJ no Resp n.º 1149022 / SP, julgado em 09/06/2010:

*PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL  
REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ARTIGO 543-C, DO  
CPC. TRIBUTÁRIO. IRPJ E CSLL. TRIBUTOS SUJEITOS A  
LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. DECLARAÇÃO  
PARCIAL DE DÉBITO TRIBUTÁRIO ACOMPANHADO DO  
PAGAMENTO INTEGRAL. POSTERIOR RETIFICAÇÃO DA  
DIFERENÇA A MAIOR COM A RESPECTIVA QUITAÇÃO.  
DENÚNCIA ESPONTÂNEA. EXCLUSÃO DA MULTA  
MORATÓRIA. CABIMENTO.*

*1. A denúncia espontânea resta configurada na hipótese em que o contribuinte, após efetuar a declaração parcial do débito tributário (sujeito a lançamento por homologação) acompanhado do respectivo pagamento integral, retifica-a (antes de qualquer procedimento da Administração Tributária), noticiando a existência de diferença a maior, cuja quitação se dá concomitantemente.[grifo aqui]*

*2. Deveras, a denúncia espontânea não resta caracterizada, com a consequente exclusão da multa moratória, nos casos de tributos sujeitos a lançamento por homologação declarados pelo contribuinte e recolhidos fora do prazo de vencimento, à vista ou parceladamente, ainda que anteriormente a qualquer procedimento do Fisco (Sumula 360/STJ) (Precedentes da Primeira Seção submetidos ao rito do artigo 543-C, do CPC:*

*REsp 886.462/RS, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, julgado em 22.10.2008, DJe 28.10.2008; e REsp 962.379/RS, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, julgado em 22.10.2008, DJe 28.10.2008). [grifo aqui]*

3. É que "a declaração do contribuinte elide a necessidade da constituição formal do crédito, podendo este ser imediatamente inscrito em dívida ativa, tornando-se exigível, independentemente de qualquer procedimento administrativo ou de notificação ao contribuinte" (REsp 850.423/SP, Rel. Ministro Castro Meira, Primeira Seção, julgado em 28.11.2007, DJ 07.02.2008).

4. Destarte, quando o contribuinte procede à retificação do valor declarado a menor (integralmente recolhido), elide a necessidade de o Fisco constituir o crédito tributário atinente à parte não declarada (e quitada à época da retificação), razão pela qual aplicável o benefício previsto no artigo 138, do CTN. RESP 1149022, Min. Luiz Fux Do item "I" ementa, acima, destaco que a denúncia espontânea somente "resta configurada na hipótese em que o contribuinte, após efetuar a declaração parcial do débito tributário[...]" . Dessa posição apreende-se que antes de regularmente transmitida a DCTF não há que se falar em denúncia espontânea. Simples assim.

Com efeito, a matéria já foi apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça nos moldes do art. 543-C do Código de Processo Civil, tendo como recurso representativo de controvérsia o REsp nº 1.149.022, acima transcrito, há necessidade de destacar o seguinte trecho do voto: **Deveras, a denúncia espontânea não resta caracterizada, com a consequente exclusão da multa moratória, nos casos de tributos sujeitos a lançamento por homologação declarados pelo contribuinte e recolhidos fora do prazo de vencimento.** Além do que, o contribuinte afirmou em seu recurso voluntário que recolheu o tributo após a declaração do débito em DCTF.

Conseqüentemente, a interpretação do referido tribunal em relação aos efeitos da denúncia espontânea precisa ser produzida pelo CARF, conforme exige o art. 62-A do regimento interno do colegiado.

Deste modo, por considerar correta a orientação dada pela Súmula n.º 360 do STJ em relação à matéria e também principalmente em razão da percepção de que a declaração do tributo em DCTF configura constituição do crédito tributário, por força de lei, "data vénia", entendimento contrário, não vejo como se possa afastar a incidência de multa e juros no presente caso. Assim, se houve a constituição do crédito tributário, sujeito ao lançamento por homologação, não há que se falar em espontaneidade do sujeito passivo e por isso o pleito deve ser indeferido.

Ante o exposto, voto por negar provimento ao recurso.

É como voto.

Sala das sessões, 25 de setembro de 2013.

(assinado digitalmente)

Juliano Eduardo Lirani - relator

CÓPIA